Quercus quer inventário sobre edifícios com amianto em Cabo Verde

28 de Junho, 2016

A Quercus defendeu hoje a realização de um inventário dos edifícios públicos com amianto em Cabo Verde e a aprovação de legislação que proíba o uso deste material, considerado perigoso para a saúde, em novos edifícios. “O primeiro passo será legislar sobre o amianto para acautelar a sua utilização no futuro […] e depois fazer um inventário dos edifícios que contém amianto para ir fazendo a reabilitação desses edifícios”, defendeu João Branco. “Quanto mais depressa essa legislação sair mais depressa vai ser proibido o amianto em novos edifícios”, acrescentou.

O presidente da Quercus Portugal falava à agência Lusa à margem da primeira ação de sensibilização para a questão do amianto, que a organização portuguesa promove hoje juntamente com a sua congénere de Cabo Verde, na cidade da Praia. João Branco adiantou que a existência de amianto em Cabo Verde é visível em vários edifícios, mas reconhece que, nesta fase, é impossível avaliar a dimensão do problema.

“Tem que ser feito em Cabo Verde um inventário do problema do amianto. Enquanto não for feito o inventário não se sabe. Sabe-se que há amianto em edifícios porque ele vê-se, mas isso tem que ser alvo de um inventário sistemático dos edifícios públicos”, disse. “Em hospitais, escolas, edifícios de serviços administrativos em que as pessoas estão fechadas muitas horas nos escritórios se estiverem expostas ao amianto há um risco acrescido para a sua saúde”, alertou.

Paulo Ferreira, presidente da Quercus Cabo Verde, adiantou que Cabo Verde está a despertar agora para a questão do amianto e admitiu que são necessários estudos técnicos mais aprofundados para avaliar a dimensão do problema no país. Reconheceu, no entanto, que são visíveis um pouco por todo o lado construções com recurso a este material, associado ao surgimento de doenças respiratórias e de alguns tipos de cancro e cujo uso na construção foi proibido na Europa. “A existência de amianto é visível e as próprias empresas construtoras, o Ministério das Infraestruturas e as câmaras municipais já têm a noção de que a questão é preocupante assim como o próprio Ministério da Saúde”, disse.

Paulo Ferreira adiantou que falta uma medição real do risco que o amianto representa em Cabo Verde e alinha com o homólogo português na necessidade legislar sobre o uso de amianto nas novas construções. “Em Portugal e na União Europeia já está legislado e em Cabo Verde convém fazer isso o mais breve possível”, disse, defendendo, contudo, que seja dado um “período de tempo suficiente para acabar com a construção com esse tipo de material”.

O presidente da Quercus Portugal, João Branco, sublinhou a complexidade da questão, lembrando que na Europa o debate sobre esta questão já tem várias décadas. “Mas mesmo na Europa ainda há muitos edifícios com amianto que foram

construídos antes da sua proibição e o Estado português demorou cerca de 15 anos a fazer uma lista de edifícios públicos com amianto. Mesmo em Portugal este processo está bastante atrasado”, reconheceu.